

Teoria de Classe*

Ronald H. Chilcote

Classe não é um enfoque central na ciência política, especialmente na ciência política norte-americana, embora seja bastante utilizada na corrente principal e radical da sociologia política e da economia política. Este conceito não tem sido central no trabalho oriundo dos estudos tradicionais, formais-legais, institucionais e configurativos, bem como das pesquisas behavioristas ou da escolha racional nos Estados Unidos e na Europa Ocidental.

Nos círculos internacionais da ciência política, no entanto, classe é freqüentemente incorporada à análise política, especialmente em estudos comparativos, e tem sido um conceito fundamental na ciência política e no marxismo oficial dos Estados socialistas (até recentemente na URSS e Europa Oriental e hoje na China, Cuba, Coréia do Norte e Vietnã). Historicamente, foi trabalhada nas teorias mais abertas e no discurso dos social-democratas e socialistas-democráticos em todos os lugares, especialmente na Europa Ocidental, e tem sido relevante nas análises das principais experiências revolucionárias no Terceiro Mundo desde a Segunda Guerra Mundial (Angola, Moçambique, Nicarágua e outros). A influência do capitalismo nas sociedades industriais avançadas tem sido penetrante, gerando, no presente século, uma classe trabalhadora em expansão e um cam-

pesinato reduzido. Os estudos de sociedades menos desenvolvidas freqüentemente referem-se ao Estado e seus aparatos tratando da questão de classe, análise e luta de classe.

O presente artigo oferece uma visão geral e histórica do conceito de classe, concentrando-se, primeiro, nas origens da teoria de classe durante o século XIX; segundo, na variedade de abordagens que tem prevalecido ao longo do século XX; e, terceiro, nas alternativas dos anos 90.

Origens

O conceito de classe não se originou no pensamento de Marx; aparece no trabalho de Saint Simon e outros que o precederam. Mas embora Marx não tenha elaborado nenhum conceito definitivo ou teoria de classe, aqueles que interpretaram e incorporaram suas idéias se engajaram num extenso debate sobre o que constitui classe e sua relevância para o estudo da política e da sociedade. Alguns acadêmicos, como, por exemplo, Jean L. Cohen (1982, p. 1), afirmam que este conceito está desaparecendo. Parkin (1979), por sua vez, argumenta que embora o marxismo clássico, incluindo as versões aplicada e vulgar, se apresente como oposição à teoria social burguesa, na realidade tem influência nas universidades burguesas ocidentais. Em contraste, Eric Olin Wright (1991, p. 31) ofe-

* Versão preliminar e reduzida de uma discussão mais elaborada sobre o assunto a ser publicada brevemente em *Theories of Comparative Political Economy*. [A tradução do texto original em inglês é de autoria de Mônica Dias Martins.]

rece uma defesa da tradição marxista como “a mais compreensiva e interessante moldura teórica para entender as possibilidades e obstáculos para uma mudança social emancipatória”. Para Jon Elster (1985), Marx nunca definiu classe mas tem uma teoria de classe relacionada com relações de classe, consciência, luta de classe etc.

Embora criticando os marxistas pelo seu entendimento vago e inadequado de classe, especialmente sua ênfase num modelo de duas classes em torno de trabalho e capital, Resnick e Wolff (1982, p. 1) afirmam que Marx desenvolveu “um complexo, cuidadosamente particularizado conceito de classe”. O presente ensaio concorda com esta afirmação e procura entender como Marx empregou o conceito de classe.

No breve e último capítulo do terceiro volume de *O Capital*, Marx refere-se às três grandes classes sociais de proprietários rurais, capitalistas industriais e trabalhadores. De um lado, estava a burguesia dos capitalistas modernos e proprietários dos meios de produção e, do outro, os trabalhadores assalariados modernos, que vendem sua força de trabalho para viver. Marx analisou as lutas entre estas classes, embora reconhecesse a existência de outras, como burocratas e profissionais liberais, pequena burguesia, campesinato etc.

So e Suwarsono (1990) mostram a relevância da preocupação de Marx com classe mediante a análise do uso do termo em dois de seus principais escritos: *O Manifesto Comunista* e *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*. Eles sugerem que o primeiro apresenta uma teoria da estrutura de classe com proposições e predições verificáveis, enquanto o segundo oferece um esquema historicamente orientado relevante para situações de mudanças políticas. No *Manifesto*, argumentam, Marx e Engels enfocaram um modelo simplista de duas classes para demonstrar como o capitalismo moderno iria evoluir, e foi assumido que as classes intermediárias iriam gradualmente se dissolver no proletariado. Contudo, em seu estudo histórico sobre a França de meados do século XIX, Marx de-

envolveu uma abordagem multiclassista para mostrar a complexidade da análise de classe, identificando outras classes além da burguesia e do proletariado. Uma comparação das duas abordagens, adaptada de So e Suwarsono, é proposta:

Teoria Estrutural de Classe	Teoria Histórica de Classe
Abstrata	Concreta
Modelo de duas classes	Modelo multiclassista
Polarização e luta de classe	Alianças e frações de classe
Estado como instrumento da classe dominante	Estado autônomo
Realização da revolução proletária	Realização imprevisível e sociedade sem classe

O uso histórico de classe na ciência social supõe o entendimento da concepção de classe sustentada não somente por Marx mas também por Max Weber. Mais do que outros pensadores, estes dois têm influenciado marcadamente a análise de classe nas ciências sociais, e suas divergências na compreensão do fenômeno têm dividido intelectuais tanto teórica quanto metodologicamente. O enfoque de Weber sobre classe é encontrado em seu *Wirtschaft und Gesellschaft* [*Economia e Sociedade*], no qual ele argumenta que interesses econômicos no mercado levam à criação da classe. Weber identificou quatro classes sociais essenciais: a classe trabalhadora, a pequena burguesia, os intelectuais e profissionais liberais (sem propriedade), e a classe privilegiada e educada que controla a propriedade. Ele também concebeu grupos de *status* no interior das classes econômicas, estratificados e hierarquicamente enfileirados de acordo com as demandas do mercado e refletindo uma diversidade de interesses e preferências. À medida que o mercado muda, grupos de *status* são reorganizados dentro da classe, de modo que um grupo inferior pode ser elevado a um nível superior e outros podem ser rebaixados. Os grupos de *status* e os indivíduos dentro deles são móveis e variam continuamente; talento individual e iniciativa podem trazer mudan-

ças na posição individual ou grupal na sociedade (Weber, 1958, especialmente pp. 181-7).

Burris oferece distinções entre as clássicas teorias de classe marxista e weberiana. Primeiro, entre posição social e ação social: “Marx conceitua classe como uma estrutura objetiva de posições sociais, enquanto a análise de classe de Weber é construída na forma de uma teoria da ação social”. Segundo, entre perspectivas uni e multidimensional: “Marx sustenta uma concepção unidimensional de estratificação e divisão social, em que relações de classe são predominantes, ao passo que Weber sustenta uma visão multidimensional na qual relações de classe cruzam com e são frequentemente excedidas em importância por outras (não classistas) bases de associação, notadamente *status* e partidos”. Terceiro, a ênfase em exploração *versus* dominação: “na teoria marxista, a lógica essencial das relações de classe e do conflito de classe é a exploração, e a dominação política e ideológica é interpretada meramente como um meio pelo qual a exploração é assegurada; já em Weber a dominação é concebida como um fim em si mesma, com sua própria força e lógica independente”. Quarto, produção e mercado: “para Marx, classes são uma expressão de relações sociais de produção, enquanto Weber conceitua classes como posições comuns dentro do mercado” (Burris, 1987b, p. 68).

Da Antiguidade até o presente, os estudos comparativos de política têm examinado o relacionamento de governantes e governados. As contribuições teóricas de Marx e Weber nesse assunto têm levado ao debate e ao discurso polêmico, provocando divisões entre os intelectuais. Estas divisões são evidentes nas perspectivas dicotômicas que se desenvolveram no século XX, uma em torno do pluralismo e escolha individual, outra partindo de uma posição estruturalista.

Classe como Pluralismo e Escolha Individual

O pluralismo é baseado em diversos interesses e na dispersão do poder. Os cientistas políticos norte-americanos tendem a

enfatizar o caráter pluralista da política anglo-americana. Eles baseiam sua teoria no pensamento político e econômico liberal, especialmente em John Locke e Jeremy Bentham, que enfocaram os direitos de propriedade e a iniciativa individual; em James Madison, que acentuou a existência de interesses competitivos em luta pelo poder; em Arthur F. Bentley e David Truman, que criaram teorias de grupos de interesse; e no trabalho de pluralistas convictos como Seymour Martin Lipset. De acordo com Bentley, classe não é uma categoria viável de análise científica: “(...) apesar do que os socialistas dizem, não há classes reais nas grandes nações modernas (...) Compromisso — não apenas no sentido lógico, mas também na vida prática — é o próprio processo de imbricação de grupos em ação (...) grupos que se combinam, dissolvem e recombinaem livremente de acordo com suas linhas de interesse” (Bentley, *Process of Government*, apud Ross, 1991, p. 335).

Ao centrarem sua atenção nos grupos e interesses, esses pensadores tenderam a se concentrar não na questão de classe, mas na defesa do capitalismo como a economia base de uma sociedade pluralista. Uma vez que, na sociedade capitalista, classe implica divisão de trabalho entre proprietários e produtores, as distinções de classe são inevitavelmente visíveis, mesmo se ignoradas na maior parte da literatura pluralista.

Este ponto é evidente em dois escritos relevantes que recorrem a características culturais da vida política e discutem as maneiras pelas quais os indivíduos estão aptos a pressionar a sociedade a mudar. Almond e Verba (1963) oferecem uma tipologia das culturas políticas — que podem ser paroquial, participativa dependente e participante efetiva — e sugerem que o povo se envolva na política de modo subjetivo e participante. Sua noção de participação está ligada a sistemas políticos de democracia representativa, dos quais o modelo anglo-americano é um protótipo e nos quais estão envolvidos os partidos políticos, grupos de interesse e indivíduos, mais do que as classes. E.P.Thomp-

son (1968) argumenta de uma maneira diferente que a história pode ser resgatada por “baixo”, pelo enfoque da consciência de classe, da criatividade e da iniciativa da massa. Examina aspectos subjetivos da classe e, nesse processo, volta-se contra interpretações estruturais e deformações teóricas e práticas que percorrem a história. Críticos o têm acusado de “subjetivismo” e “voluntarismo” — por exemplo, Perry Anderson (1980), em seu ataque a *The Poverty of Theory and Other Essays* (Thompson, 1978). Ellen Meiksins Wood, no entanto, acredita que Thompson ressuscitou o conceito de classes e usou-o contra cientistas sociais burgueses, que negam seu uso como relação e processo: “ele [Thompson] tem contrariado tantas negações insistindo na classe como relação e processo, que durante muito tempo será tido como um modelo de relações sociais, instituições e valores” (Wood, 1982, p. 50).

A discussão seguinte elabora este paradoxo examinando algumas idéias importantes: circulação de elites e classe dominante em Vilfredo Pareto e Gaetano Mosca; as noções de pluralismo e poliarquia de Robert Dahl; alienação e preocupação com a condição humana no pensamento “crítico” inicial de Marx e da escola de Frankfurt; a atenção ao marxismo e ao pluralismo num estudo de Ralf Dahrendorf; debates recentes sobre democracia e capitalismo, como nos escritos de Samuel Bowles e Herbert Gintis; a questão da hegemonia e do socialismo na posição de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe; e a teoria da escolha racional no trabalho recente dos marxistas analíticos.

Dois sociólogos políticos italianos, Vilfredo Pareto e Gaetano Mosca, elaboraram o que é conhecido como a teoria elitista da democracia. Sua premissa central é que, em toda sociedade, uma minoria toma as decisões principais, uma idéia presente já no pensamento de Platão. Pareto (1966) enfatizou as distinções entre elites e não-elites e projetou a idéia da circulação das elites, implicando dois significados: uma elite pode tomar o lugar de outra e indivíduos podem mover-se do *status* inferior a um superior na

sociedade. Pareto dividiu este estrato superior em uma classe governante ou elite (aqueles que direta ou indiretamente governam) e uma elite não-governante. Ao que parece, ele desejou transcender categorias marxistas substituindo o conceito de classe dirigente por classe governante ou elite dirigente.

Pareto extraiu da experiência italiana exemplos da ascensão e declínio das elites. Sua teoria, contudo, tem sido criticada como geral, algumas vezes polêmica, e não bem fundamentada em exemplos históricos.

Mosca (1939) não enfatiza a elite em sua teoria, preferindo usar termos como classe dirigente, classe governante e classe política, mas sua concepção não difere radicalmente daquela de Pareto. Segundo ele, “em todas as sociedades (...) duas classes de pessoas aparecem — uma classe que dirige e uma classe que é dirigida” (Mosca, 1939, p. 50). Acreditava que a pequena classe dirigente monopoliza poder e benefícios devido à sua posição, em contraste com a mais numerosa e dominada maioria, mas também entendia que a maioria, uma vez descontente, poderia influenciar a classe dominante e até mesmo depô-la e assumir as funções da classe dominante deposta. Enfatizando essa circulação da classe dominante, Mosca dá importância à ascensão de novos interesses, uma posição mais próxima de Weber do que de Marx.

Robert Dahl reconheceu sua dívida intelectual para com James Madison ao formular uma teoria da ordem democrática caracterizada por uma larga dispersão de poder e autoridade entre agentes governamentais, grupos e indivíduos. Segundo ele, a estrutura de poder é segmentada, não organizada em padrões hierárquicos, e a sociedade compreende poliarquias caracterizadas por subsistemas autônomos e pluralismo organizacional, nas quais as barreiras à oposição política não são substanciais. A teoria de Dahl sugere consenso e ordem, restrições à violência e uma sociedade em equilíbrio.

Críticos do seu trabalho observam que o desafio da política por uma classe ou grupo

frequentemente é obscurecido por explicações pluralistas, abstratas ou modelos, e que a política funciona para mitigar conflitos e pacificar interesses competitivos.

Dahl (1978, p. 192) posteriormente elaborou uma teoria em que pluralismo “não é mais limitado ao pensamento burguês ocidental” e distinguindo entre pluralismo organizacional (aumento da autonomia correspondente a aumento da organização) e pluralismo conflitivo (divisões que caracterizam conflitos num coletivo de pessoas). Argumentou que as economias socialistas podem ser altamente descentralizadas e pluralistas e que uma ordem socialista descentralizada pode gerar pluralismo organizacional tanto quanto a ordem capitalista. Logo, pluralismo organizacional não depende do regime do país, se capitalista ou socialista: o importante é se decisões descentralizadas e autônomas são toleradas com coragem. Embora reconhecendo o pluralismo conflitivo, Dahl criticou a importância das interpretações ortodoxas de classe como tendendo “enormemente a subestimar a extensão em que a diversidade ideológica entre elites leva à fragmentação mais do que à solidariedade (...) ‘classe’ nas suas várias manifestações é apenas um elemento, aliás quase sempre significativo, num padrão fragmentado de divisões e conflitos que é persistentemente pluralista” (Dahl, 1978, p. 193).

Algumas dessas considerações aparecem na tradição hegeliana-marxista extraída do jovem Marx e de sua crítica a Hegel, que distinguiu entre as instituições da sociedade civil ou privada e o Estado, elaborou o método dialético e procurou entender a consciência humana. Nos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844*, Marx desenvolveu uma análise da alienação do trabalho e mostrou que este é externo ao trabalhador, o qual não pode satisfazer a si próprio porque, sob o capitalismo, produz para outros. Marx desejou expor a falsa consciência que acompanha a era capitalista e reflete a natureza do Estado que a burguesia adota para a proteção de sua propriedade e seus interesses. Essa preocupação com consciência e alienação

é encontrada no principal trabalho de Georg Lukács, *History and Class Consciousness* (1923), e nos escritos da escola de Frankfurt, incluindo Eric Fromm, Herbert Marcuse e Jürgen Habermas.

Ralf Dahrendorf (1959) tentou lidar com o problema que o pluralismo tende a ignorar: uma perspectiva marxista de classe. Sua síntese da teoria de classe marxista confirmou a dificuldade de incorporar uma visão marxista à teoria pluralista. Ele resolveu o problema construindo tipos ideais de classe numa “sociedade pós-capitalista”, na qual a autoridade não depende necessariamente de riqueza e prestígio, o conflito entre classes e grupos é mínimo, e em que o pluralismo de instituições e interesses permite uma ampla participação nas decisões.

Desde o final dos anos 50, com a defesa de Daniel Bell do fim da ideologia, intelectuais têm obscurecido noções tradicionais da ordem burguesa, os dilemas do capitalismo e do socialismo e a luta de classe com um pensamento futurístico. A tese de uma “sociedade pós-industrial” vislumbrou melhorias no padrão de vida, aproximação das distâncias entre as classes por meio da educação, produção e consumo em massa, diminuição das discriminações étnicas, lingüísticas, regionais e religiosas, além da marginalização de ideologias totalitárias. Variantes deste pensamento referem-se a “era pós-moderna”, “sociedade pós-burguesa” e “pós-socialismo” (para crítica dessas pós-formas, ver Chilcote, 1991).

Muitas dessas idéias foram criticadas como idealistas ou manifestações em defesa da ordem capitalista, especialmente nos Estados Unidos, provocando Samuel Bowles e Herbert Gintis a buscar uma síntese radical democrática. Para estes autores, o marxismo obscurece “formas de dominação não classista e não econômica” (Bowles e Gintis, 1986, pp. 17-8). Argumentam que, embora o liberalismo crie liberdades, ele “protege a cidadela da dominação”. Nesse sentido, advogam um pós-liberalismo, uma síntese na qual direitos individuais democráticos precisam deslocar direitos de propriedade, porque

“nem a universalização jeffersoniana da propriedade individual nem a coletivização marxista da propriedade privada são aceitáveis” (*idem*, p. 178). Sua síntese rejeita muitas idéias do marxismo, em particular a noção de consciência de classe e a democracia direta (ignorando a defesa de Marx da democracia representativa em certas instâncias ou de sua associação com atividades de participação direta). Seu argumento de que o marxismo reduz instituições a termos de classe leva a uma ênfase no pluralismo, obscurecendo os interesses de classe, diminuindo o papel do Estado e jogando abaixo as contradições internas do capitalismo que afetam relações de produção e freqüentemente levam à luta de classe.

No pensamento de alguns marxistas europeus e antigos marxistas, uma subestrutura explicitamente expressa do pós-marxismo é evidente no trabalho recente de Ernesto Laclau, um sociólogo político argentino, agora ensinando na Inglaterra e influente nos círculos de esquerda junto com Chantal Mouffe. Laclau argumenta que “não é mais possível manter as concepções de subjetividade e classe elaboradas pelo marxismo, nem sua visão do curso histórico do desenvolvimento capitalista” (Laclau e Mouffe, 1985, p. 4). Suas idéias se relacionam com a experiência inglesa, em particular com a posição marxista moderada de alguns intelectuais. Ainda que esses intelectuais difiram em muitos aspectos, eles parecem concordar em que a primazia do trabalho organizado deve ser repudiada, uma vez que a classe trabalhadora nos países capitalistas falhou em cumprir com suas expectativas revolucionárias. Segundo eles, o modelo de luta deve, agora, incorporar uma multiplicidade de interesses oriundos de vários estratos, grupos e movimentos sociais.

Laclau e Mouffe esboçaram uma nova política para a esquerda baseada em um projeto de democracia radical. Seu recuo em relação ao conceito de classe e o que Wood caracteriza como “a desqualificação do seu projeto socialista podem ser sintetizados em numerosas proposições: a classe traba-

lhadora não evoluiu para um movimento revolucionário; os interesses econômicos de classe são relativamente autônomos da ideologia e da política; a classe trabalhadora não detém uma posição básica no socialismo; um movimento socialista pode evoluir independente de classe; uma força política pode nascer de elementos políticos e ideológicos “populares”, independentemente das amarras de classe; os objetivos do socialismo transcendem interesses de classe; e a luta pelo socialismo compreende uma pluralidade de resistências à desigualdade e opressão” (Wood, 1986, pp. 3-4).

O pós-marxismo de Laclau e Mouffe reflete o pensamento intelectual que tem acompanhado o discurso político da social-democracia e do socialismo democrático onde os partidos socialistas têm chegado ao poder desde meados dos anos 70 (especialmente França, Itália, Espanha, Portugal e Grécia). Este discurso tem focado a transição para o socialismo e a necessidade de blocos de forças políticas de centro-esquerda para assegurar a maioria num cenário multipartidário fragmentado, de reformas populares para mitigar a demanda das classes populares (operários e camponeses) e de tolerância para promover e desenvolver as forças de produção no presente estágio do capitalismo. A corrente principal da política parece ter diminuído a retórica revolucionária, e termos como luta de classe, classe trabalhadora, ditadura do proletariado e mesmo marxismo são abandonados no discurso da esquerda. Miliband (1985) refere-se a esses autores como “os novos revisionistas”.

O novo pensamento não apenas omite classes numa perspectiva socialista, como também distingue-se da visão marxista tradicional de que a classe trabalhadora é essencial por seu potencial revolucionário, devido à sua posição estrutural como a classe que produz capital. Os pós-marxistas geralmente negam a análise das relações de exploração entre capital e trabalho. Além disso, sua ênfase na autonomia da política e da ideologia em relação à economia reduz a importância da economia política, na qual se

tem centrado o interesse dos marxistas clássicos e contemporâneos. Debates sobre a natureza do modo capitalista de produção não são mais importantes. Conseqüentemente, classes e luta de classe são deslocadas pela ênfase no pluralismo político, nas organizações políticas e nos grupos de interesse. A análise do Estado pode acentuar diferenças entre o bloco de poder e o povo, ao mesmo tempo, desconhecendo a oposição entre capital e trabalho. Pode haver também uma tendência a enfatizar sua única ou poucas instituições políticas; a segmentação das forças políticas pode limitar as perspectivas de uma visão societária. Movimentos políticos tentando penetrar a corrente principal podem ser isolados; estratégias populistas traçadas para desafiar o *establishment* podem ser dispersadas e enfraquecidas pela separação de interesses particulares.

Semelhante ao pós-marxismo e orientada para transcender as rígidas formulações marxistas, outra nova tendência emergiu nos anos recentes entre intelectuais que se auto-denominam “marxistas analíticos”, “marxistas da escolha racional” ou “marxistas subjetivos”. Suas fileiras incluem G.A. Cohen, Jon Elster, Adam Przeworski, John Roemer e Eric Olin Wright. Esta corrente pretende seguir o marxismo, enfatiza a escolha racional, aproxima a abordagem positivista da ciência social e tende a basear-se em microargumentos (Roemer, 1989) ou princípios behavioristas ou decisões individuais. Por exemplo, Elster (1985) argumenta que as ações das classes são redutíveis às ações dos indivíduos e que o próprio Marx foi o fundador da teoria da escolha racional. Przeworski e Wright diferem de Elster por sua ênfase em posições estruturalmente determinadas que influenciam decisões individuais, ao passo que a teoria da história de Cohen (1978) é baseada nas forças de produção e é, assim, funcional em seu núcleo.

Roemer e Wright elaboraram teorias de classe, o primeiro conceituando cinco posições de classe e o último, doze. Em sua preocupação recente com classe, porém, Wright (1985) abandonou sua ênfase inicial na posi-

ção estrutural e contraditória de classe. “Esta mudança metodológica reorienta completamente a análise de Wright (...) O foco central não é mais sobre classes como elas emergem do processo de trabalho, mas sobre a manifestação de grupos de poder político e o poder que as classes exercem” (Chilcote e Chilcote, 1989, p. 12).

Críticos (ver Amariglio, Callari e Cullenberg, 1989; Anderson e Thompson, 1988; Burawoy, 1989; Cullenberg, 1991; Devine e Dymksi, 1989; Lebowitz, 1988; Luke, 1987; Ruccio, 1988 e Smith, 1989) sugerem que esta abordagem da escolha racional não aceita as concepções do marxismo tradicional ou estrutural sobre exploração de classe e é orientada para a análise social subjetiva. Classe não mais caracteriza o processo em que grupos de pessoas se tornam diferenciados mediante o processo de trabalho, mas enfoca o desenvolvimento de grupos de pessoas em unidades coletivas. Ellen Meiksins Wood (1989, p. 87) fornece a mais compreensiva e exaustiva crítica do marxismo analítico, o qual ela percebe convergindo com o pós-marxismo, duas abordagens que “começam com um esforço para estabelecer ‘rigor’ na teoria marxista e (...) terminam, para muitos, no repúdio geral do marxismo na teoria e na prática”.

Classe e Estruturalismo

Além das abordagens que vêem a sociedade constituída por grupos pluralistas e classes ou por indivíduos competindo por poder e perseguindo interesses particulares está o contexto estrutural no qual muitas teorias de classe são moldadas. Esta seção examina algumas perspectivas estruturais de classe: concebida como estrutura de poder em uma variedade de termos como elite no poder, elite dirigente e outras formulações com conotação de classe ou estratificação no pensamento de Marx, Hunter, Mills e Domhoff; a pesquisa comparativa sobre dicotomias tais como elite e massa (um enfoque do Comitê de Pesquisa de Ciência Social em Política Comparada durante meados dos anos 60) e classe dominante *versus* classes

populares no trabalho de Nicos Poulantzas; classe como um processo sobredeterminado, na teoria inovadora de Stephen Resnick e Richard Wolff; e luta de classe nas relações e modos de produção.

Quem governa e a natureza do poder são questões centrais nos estudos políticos. Marx e Engels, no *Manifesto*, se referem ao Estado moderno como uma espécie de comitê que cuida dos negócios da burguesia. Esta visão instrumental do poder e da classe é sustentada por Marx para sugerir que a classe dirigente e dominante é uma classe econômica que dirige politicamente. Variações dessa visão instrumental aparecem na literatura política e não são necessariamente marxistas. Jean Cohen, por exemplo, opõe-se à ênfase nas contradições do modo de produção capitalista no trabalho de Marx e prefere o termo estratificação a classe por causa de “uma original análise crítica dos princípios modernos específicos de estratificação em uma teoria de classe dogmática” (Cohen, 1982, pp. 2-3).

Estudos de comunidade na ciência política e sociologia política tradicionais têm tratado a questão de quem governa geralmente com base na teoria da estratificação, ou seja, considerando a existência de uma série de estratos com uma classe superior de líderes políticos e civis (identificáveis por critérios como renda, ocupação e educação) que controla a comunidade local. Esta classe superior é frequentemente caracterizada como uma elite poderosa que governa em seu próprio interesse e é separada das classes inferiores da comunidade. Dentre os importantes estudos empregando esta noção de estratificação está o estudo de Robert e Helen Lund, em meados dos anos 20 e na década seguinte, em seu estudo sobre Middletown ou Muncie, Indiana; o de Floyd Hunter, que no começo dos anos 50 utilizou painéis de pessoas conhecidas na vida da comunidade para identificar os que decidem na cidade de Atlanta, Georgia; e o de C. Wright Mills (1956), que mais ou menos ao mesmo tempo examinou dimensões verticais e horizontais de poder nos Estados Unidos, identifi-

cando uma elite no poder composta de políticos e burocratas, altos executivos e proeminentes oficiais militares.

Em um esforço para lidar com alguns dos críticos de Mills, incluindo liberais como Dahl (que sustentaram que a influência exagerada das elites não poderia ser medida empiricamente e, por essa razão, a análise das pessoas que decidem deveria estar baseada no *input* dos grupos de interesse), G. William Domhoff (1978) empiricamente vinculou membros da classe dominante superior às corporações que controlam a economia capitalista. Nesta perspectiva, descobriu que o conceito de elite no poder é uma ponte entre posições pluralistas e radicais e viu isto como uma extensão do conceito de classe dominante. Domhoff concentrou-se em “redes” de instituições e grupos, argumentando que sua noção de classe dominante deveria ser entendida num contexto marxista e não como um instrumentalismo liberal, como alguns críticos de esquerda tinham alegado, embora ele soubesse (Domhoff, 1976) que sua abordagem tendia a ser estática e unidimensional, com enfoque em uma única classe, mais do que a retratar uma relação dinâmica de várias classes em conflito.

Em uma análise que se desloca de um mero posicionamento de pessoas poderosas para uma estrutura econômica de poder, Ralph Miliband (1969) contribuiu com uma explícita teoria marxista do Estado e de classe sob o capitalismo, segundo a qual a classe dominante capitalista exerce poder econômico e usa o Estado como seu instrumento de dominação sobre a sociedade. Miliband identificou uma classe proprietária e uma classe trabalhadora, além de dois componentes de uma “classe média”: profissionais liberais e homens de negócio e fazendeiros de pequenas e médias empresas. Em seu debate com Miliband, Nicos Poulantzas (1969) enfatizou tanto a possibilidade de autonomia do Estado por que a classe dirigente ficou incapacitada de manipular o Estado em seu próprio interesse; em sua resposta, Miliband (1973) lembrou que Marx se referiu ao Estado

atuando no interesse dos capitalistas mas não necessariamente sob seu comando.

Ao elaborar sua teoria marxista das classes sociais, Poulantzas (1973) absorveu de importantes fontes as bases para o desenvolvimento de sua tese de que as estruturas da sociedade, mais do que as pessoas influentes, geralmente determinam acontecimentos políticos. Primeiro, Antonio Gramsci (1957) enfatizou a hegemonia ou dominância de alguns grupos sociais ou classes no poder para explicar o sucesso ou fracasso da classe dominante na política. Segundo ele, quando ocorre uma crise na hegemonia da classe dominante, por exemplo, as massas podem tornar-se desencantadas e rebeldes, possivelmente provocando a classe dominante a aumentar o controle do Estado, oprimindo seus adversários. Segundo, Louis Althusser (1970) distinguiu as formulações estruturalistas nos escritos tardios de Marx das idéias humanistas de seus escritos iniciais. Althusser, como Gramsci, preocupou-se com a superestrutura do aparato político-legal e ideológico e considerou o Estado como repressivo na sua defesa da burguesia e seus aliados, na luta de classe contra o proletariado. Para ele, a totalidade da luta de classe política se dá em torno do Estado.

Com sua análise da crise e queda das ditaduras na Espanha, Portugal e Grécia, Poulantzas (1976) influenciou uma abordagem de classe de duas maneiras. Primeiro, em seu estudo comparativo da transição da ditadura para a democracia, introduziu uma análise de classe em torno da dicotomia classe dominante/classe popular, mantendo, desta forma, uma vaga ênfase estrutural. Segundo, a experiência portuguesa, em particular, parece tê-lo convencido a abandonar uma posição marxista-leninista, que enfatizava a dualidade de poderes e a tomada do Estado pelos trabalhadores e forças populares que tinham construído sua base revolucionária fora do aparato do Estado, pela possibilidade de uma revolução sem sangue via a penetração e ocupação de aparelhos-chave dentro do Estado. Em seu último trabalho (Poulantzas, 1978) ele argumentou que a luta

dentro do aparato do Estado era necessária para romper o equilíbrio de forças e realizar uma transição para o socialismo, e isto pode ter inspirado alguns intelectuais de esquerda, nos primórdios dos anos 80, a ir além de interpretações estruturalistas, dando menos atenção à classe trabalhadora e ressaltando os novos movimentos sociais emergentes, e desenvolver a teoria num terreno pós-marxista.

Por exemplo, Jean L. Cohen (1982, p. 29) vai em direção a “uma teoria crítica pós-marxista de estratificação capaz de enfrentar a diversidade e inovação da sociedade capitalista contemporânea sem ignorar o empreendimento marxiniiano”. Desta perspectiva, revê a teoria marxista relevante sobre classe que tem procurado ser inovadora: teorias que buscam um substituto para o papel revolucionário do proletariado (Herbert Marcuse); novas teorias da classe trabalhadora (André Gorz); e a nova teoria da classe intelectual (Alvin Gouldner).

Na sua revisão da teoria de classe de Marx, Resnick e Wolff enfatizam o processo de extração do trabalho excedente em suas diferentes formas — comunista primitiva, antiga, feudal, escravista e capitalista — e distinguem entre classes fundamentais (formadas pelos que executam ou se apropriam do trabalho excedente) e classes subsumidas (consistindo de pessoas que não executam nem se apropriam do trabalho excedente mas que partilham a distribuição do trabalho excedente extraído e detêm certas funções na sociedade). Sua revisão de exemplos de classes subsumidas nos escritos de Marx inclui comerciantes, agiotas e diretores de companhias de capital aberto, classes que não produzem valor nem mais-valia, o que os leva a distinguir entre trabalho produtivo e improdutivo.

Baseando-se em Althusser e Marx, Resnick e Wolff (1982, p. 2) empregam o termo sobredeterminação para sugerir que “cada processo não existe a não ser como lugar de influências convergentes exercidas por todos os outros processos sociais (...) o processo de classe é uma condição da existência de cada

um e de todos os outros processos sociais". Esta noção de sobredeterminação leva-os a ver a luta de classe como essencial à teoria marxista. Eles argumentam que a teoria marxista começa com o processo de classe e as contradições que produzem lutas na formação social. "Nós concebemos cada e todo processo de formação social de classe e não-classe como sendo um processo de mudança contraditório." Em qualquer formação social, dizem eles, o processo de classe fundamental e classe subsumida "define as diferentes posições de classe ocupadas pelos indivíduos". Processos de classe e posições são conceituados como "o esforço combinado de todos os outros processos sociais", de forma que, com essa sobredeterminação, "cada posição de classe é constituída para ser tensão, movimento e mudança". Assim, lutas ou conflitos ocorrem em "um momento particular ou conjuntura na qual as contradições sobredeterminadas inerentes ao processo social se uniram para motivar intenso esforço coletivo para mudar o processo em questão" (Resnick e Wolff, 1982, pp. 14-5). Eles vão mais longe ao sugerir que há diferentes formas ou tipos de estrutura de classe sob o comunismo: "as formas de produzir especificamente coletivas, apropriando e distribuindo trabalho excedente, distinguem as estruturas de classe comunistas das várias formas capitalistas, feudais, escravistas e outros tipos de estruturas de classe" (Resnick e Wolff, 1988, p. 17).

Uma concepção geral de luta de classes é sugerida por Harry Braverman em sua descrição da classe trabalhadora como "aquela classe que, possuindo somente sua força de trabalho, vende esta força ao capital em troca de sua subsistência". Esta classe, segundo ele, leva uma existência social e política própria: "ela protesta e se submete, rebela-se ou é integrada na sociedade burguesa, vê a si mesma como classe ou perde a visão de sua própria existência, de acordo com as forças que atuam sobre ela e os humores, conjunturas e conflitos da vida política e social" (Braverman, 1974, p. 378).

Conflito e luta entre classes geralmente

estão associados a categorias estruturais no nível do Estado e da produção. Esping-Andersen e outros (1976), por exemplo, sugerem maneiras pelas quais as estruturas do Estado são moldadas pela luta de classe: elas representam resultados da luta de classe e não simples mecanismos que servem ao processo de reprodução capitalista e repressão da classe trabalhadora; e elas mediam demandas da classe dominante sobre o Estado bem como políticas estatais que reprimem a luta de classe, mas sem referência à teoria de classe. Os marxistas franceses têm empregado a linguagem e metodologia de Althusser na formulação de uma teoria de modos de produção preocupada, particularmente, com a articulação ou combinação de diferentes modos de produção e com a relação dialética entre base econômica e superestrutura política. A linguagem de articulação de modos de produção foi explicitada, por exemplo, no trabalho de Pierre-Philippe Rey (1973), que sugeriu que diferentes modos são evidentes na transição, digamos, do feudalismo para o capitalismo, e que a história não necessariamente avança de modo unilateral de um estágio para outro. Modos de produção podem coexistir, independentemente um do outro e em conflito, dentro de uma formação social em transição, assim como uma variedade de relações de produção pode coexistir dentro de uma sociedade. Deste modo a análise de situações reais torna-se uma possibilidade.

Críticas a esta abordagem incluem a impossibilidade de aplicar uma explicação particular a todos os casos em diferentes estágios de desenvolvimento. Descobertas particularmente relevantes para entender as relações de produção na zona rural de países menos desenvolvidos podem não ser úteis para a análise de países mais avançados. Therborn (1978), por exemplo, argumenta que o materialismo histórico tem de romper com "o modo tradicional de análise centrado no capitalismo", de maneira a examinar o capitalismo em relação a outros modos de produção, tal como no Estado feudal ou socialista. Gerstein (1989) adverte contra qual-

quer abandono prematuro do marxismo estrutural e vincula modo de produção ao materialismo histórico mediante os conceitos de hierarquia e mútua determinação, de maneira a superar as contradições da análise que coloca o modo de produção no centro dos esforços teóricos (para uma síntese em relação à abordagem de modo de produção, ver Ruccio e Simon, 1986, e Foster-Carter, 1978).

Questões da Análise de Classe

A discussão até este ponto levantou inúmeras questões essenciais. Pluralistas e instrumentalistas da estrutura de poder, ambos, têm se deparado com dificuldades conceituais devido ao uso indiscriminado de categorias vagas como circulação de elite, elite no poder, classe superior, classe governante, classe dominante. Em geral, estes termos são usados independentemente de outros níveis de classe socioeconômica, resultando em uma análise estática.

Marx freqüentemente referiu-se a classe em um sentido popular, como um grupo de pessoas partilhando de certas características, como renda. Assim, algumas vezes ele mencionou a classe industrial, ou as classes ideológicas, ou as classes improdutivas. Todavia, ele diferenciou classes com relação ao desenvolvimento histórico das forças de produção e ao aparecimento de um produto excedente além das necessidades dos trabalhadores ou produtores diretos, de forma que a classe dominante pode ser claramente diferenciada da classe trabalhadora em termos de relações de produção. Classe, portanto, é compreensível à luz de um modo de produção dominante na sociedade, uma noção radicalmente diferente do posicionamento de classe no mercado e das relações de circulação weberianas. A última ênfase leva ao terreno comum do consenso e barganha; a primeira, à arena do conflito e luta de classe.

Muitos problemas emanaram da polêmica sobre se a análise de classe é limitada por restrições estruturais ou se as categorias de classe podem incorporar o estrato "médio" em expansão e as implicações para o

trabalho produtivo e improdutivo, com o propósito de organizar estratégias e alianças de classe para mobilizar diferentes elementos, elevando a consciência de classe e promovendo a luta por mudanças reformistas e revolucionárias.

A questão da classe média de assalariados intermediários e seu papel na luta de classes levou Burris (1987a) a uma importante e proveitosa síntese de teorias alternativas de estrutura de classe, incluindo a teoria de C. Wright Mills (1956) dos trabalhadores de colarinho branco; a teoria de Nicos Poulantzas (1977) da nova pequena burguesia; a teoria de Erik Olin Wright (1978) de posições contraditórias de classe e sua recente teoria de estrutura de classe e exploração (Wright, 1984 e 1985); a teoria de Guglielmo Carchedi (1975) da nova classe média; e a teoria de Bárbara e John Ehrenreich (1977) da classe profissional-gerente. Todos esses pensadores estavam insatisfeitos com os seguidores de Marx que se concentravam apenas em duas classes, polarizadas em torno de trabalho e capital. Esta abordagem simplista, por sua vez, dissuadiu muitos acadêmicos de aplicar o conceito de classe à sua análise da sociedade. Outros, contudo, elaboraram velhas e novas categorias. Wright agregou muitas classes ao seu esquema de burguesia, proletariado e pequena burguesia, mas concentrou na nova classe média seu conceito de situações de classe contraditórias. Poulantzas chamou esta classe média de a nova pequena burguesia, e os Ehrenreichs denominaram-na de classe profissional-gerente (ver Wright *et al.*, 1990, para um debate das várias questões de classe, incluindo uma avaliação crítica do esforço do próprio Wright para desenvolver uma concepção marxista de classe média; e Meiksins, 1986, para uma avaliação das perspectivas das classes improdutivas ao lado da classe trabalhadora).

A questão das estratégias de mobilização leva à avaliação de instituições tradicionais como os partidos políticos, em particular do papel dos partidos de vanguarda em situações revolucionárias e, mais recentemente,

te, aos novos movimentos sociais de mulheres, minorias étnicas, ecologia e paz (ver Luke, 1989, para uma visão dos novos movimentos sociais). Acadêmicos e militantes estão hoje divididos: alguns continuam a enfatizar o papel da classe trabalhadora e outras classes que conjuntamente podem unir-se para uma transformação; outros combinam análise de classe com movimentos sociais e elaboram teorias de raça e classe, feminismo e classe, ecologia e classe; outros, ainda, se afastaram do trabalho com classe e partidos políticos e limitaram sua atenção aos movimentos sociais na busca de explicações pós-marxistas. Pós-marxistas como Laclau e Mouffe têm procurado interesses diversos nos novos movimentos sociais, movendo-se para além do marxismo para alargar seu apelo e caracterizar o socialismo como uma forma de democracia participativa. Eles vêem a classe trabalhadora como apenas um dos muitos agentes possíveis envolvidos com a transformação social. Argumentam que a sociedade é capaz de se organizar de infinitas maneiras. Política e ideologia são separadas de qualquer base social e, em seu lugar, o discurso determina toda ação.

André Gorz (1980) questionou o papel da classe trabalhadora na formação da sociedade socialista e deu atenção aos grupos de gênero, raça, idade e comunidade. Barry Hindess (1987), reavaliando suas primeiras preferências marxistas, notou que a aplicação da análise de classe à política pode ser simplista ou mal conduzida devido à dificuldade de lidar com problemas da classe média e à posição da mulher na análise de classe. Eric Hobsbawm continua a favor da classe trabalhadora mas acredita que, em face da “liberalização do sistema burguês” e dos erros da esquerda, a ameaça ao movimento operário e à esquerda só pode ser superada por uma “coalizão de todos os democratas em torno dos partidos de massa de esquerda que ainda existem” (Hobsbawm, 1989, p. 74).

Todos esses autores relacionam práticas democráticas sob o capitalismo, e uma questão central é se a democracia capitalista abre espaço para a organização dos trabalhadores

em busca de seus próprios interesses de classe. Sitton (1990), baseado nas posições defendidas por Gramsci, Lukács, Poulantzas e Przeworski responde negativamente, argumentando que a política da classe trabalhadora é violentada por esta prática. Masters e Robertson (1988, p. 1.183) ampliam o trabalho de Przeworski ao integrar o conflito de classe no conceito mais amplo de estabilidade democrática e demonstram que o Estado intervém economicamente para expandir recursos, “facilitando o compromisso de classe entre trabalho e capital através de políticas econômicas”. Argumentam que a economia é a raiz do compromisso de classe dos conflitos, e que a política é relevante até o ponto em que os partidos aceitam o envolvimento do Estado institucionalizando relações de classe e atenuando o conflito de classe com formas de democracia formal indireta e representativa — em contraste com formas de democracia informal e de participação direta apoiadas por Gamble (1987).

A ausência do conceito de classe em abordagens recentes pós-marxistas e pós-estruturalistas, levou McNall, Levine e Fantasia a resgatar a importância da análise de classe no estudo acadêmico do processo social e histórico. Os autores procuram resgatar “os elementos centrais da análise marxista de classe e mostram como e por que ela é mais eficaz que outras abordagens para entender classe na perspectiva comparativa e histórica” (McNall, Levine e Fantasia, 1991, p. 1). Acreditam que o modelo marxista é distinto por causa de sua preocupação com o conflito de classe e a exploração, embora eles também observem que a divisão entre perspectivas weberianas e marxistas têm desaparecido com o enfoque nos problemas de proletarianização, no papel da cultura na preservação das fronteiras de classe e na autonomia das burocracias na formação das classes médias.

Em suma, o presente ensaio procurou fornecer uma breve visão histórica das contradições do passado e do presente em torno da teoria de classe. A importância dessa teoria para a ciência política, especialmente fora dos Estados Unidos, é evidente, apesar de a

sua aplicação a situações políticas ter sido limitada, devido sobretudo à complexidade de tal análise. Em *A Luta de Classe na França, 1848-1850 e O Dezoito Brumário*, Marx fornece-nos uma extraordinária análise de classe de uma situação política. Seu exame da aristocracia financeira, burguesia industrial, pequena burguesia, campesinato, lumpen-proletariado, proletariado industrial, burguesia monárquica e grande burguesia na Fran-

ça não apenas produziu um grande número de termos classistas, como também combinado com uma visão das instituições e partidos políticos, levou a noções como a de estado de exceção e autonomia relativa do Estado, entre outras, noções que têm orientado muitas análises políticas contemporâneas.

(Recebido para publicação
em setembro de 1994)

Bibliografia

- Almond, Gabriel A. e Verba, Sidney
1963 *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Princeton, Princeton University Press.
- Althusser, Louis
1970 *For Marx*. New York, Vintage Books.
- Amariglio, Jack, Callari, Antonio e Cullemberg, Stephen
1989 "Analytical Marxism: A Critical Overview". *Review of Social Economy*, n. 47 (Winter), pp. 415-32.
- Anderson, Perry
1980 *Arguments within English Marxism*. Londres, NLB.
- Anderson, W.H. Locke e Thompson, Frank
1988 "Neoclassical Marxism". *Science and Society*, n. 52 (Summer), pp. 215-28.
- Bowles, Samuel e Gintis, Herbert
1986 *Democracy and Capitalism: Property, Community, and the Contradictions of Modern Social Thought*. New York, Basic Books.
- Braverman, Harry
1974 *Labor and Monopoly Capital: The Degradation of Work in the Twentieth Century*. New York, Monthly Review Press.
- Burawoy, Michael
1989 "Marxism without Micro-Foundations". *Socialist Review*, n. 14 (Summer), pp. 53-86. With a response by Adam Przeworski, "Class, Production and Politics: A Reply to Burawoy", pp. 87-111.
- Burris, Val
1987a "Class Structure and Political Ideology". *Insurgent Sociologist*, n. 14 (Summer), pp. 5-46.
1987b "The Neo-Marxist Synthesis of Marx and Weber on Class". In Norbert Wiley (ed.), *The Marx-Weber Debate*, Newbury Park, California, Sage Publications, pp. 67-90.
- Carchedi, Guglielmo
1975 "On the Economic Identification of the New Middle Class". *Economy and Society*, n. 4, pp. 1-86.

- Chilcote, Edward B. e Chilcote, Ronald H.
 1989 "The Crisis of Marxism: An Appraisal of New Directions". Paper presented to the International Conference "Marxism Now" Amherst, Massachusetts. To appear in *Rethinking Marxism* (1992).
- Chilcote, Ronald H.
 1991 "Capitalism and Socialist Perspectives in the Search for a Class Theory of the State and Democracy." In Rustow, Dankwart e Erickson, Kenneth (eds.), *Comparative Political Dynamics: Global Research Perspectives*, New York, Harper and Collins, pp. 75-97.
- Cohen, Gerald Allen
 1978 *Karl Marx's Theory of History: A Defense*. Princeton, Princeton University Press.
- Cohen, Jean L.
 1982 *Class and Civil Society: The Limits on Marxian Critical Theory*. Amherst, University of Massachusetts Press.
- Cullemberg, Stephen
 1991 "The Rhetoric of Marxian Microfoundations". *Review of Radical Political Economics*, vol. 23, ns. 1-2, pp. 187-94.
- Dahl, Robert A.
 1978 "Pluralism Revisited". *Comparative Politics*, n. 10 (January), pp. 191-203.
- Dahrendorf, Ralf
 1959 *Class and Class Conflict in Industrial Society*. Stanford, Stanford University Press.
- Devine, James e Dymski, Gary
 1989 "Roemer's Theory of Capitalist Exploitation: The Contradictions of Walrasian Marxism." *Review of Radical Political Economics*, vol. 21 (Fall).
- Domhoff, G. William
 1976 "I Am Not an Instrumentalist: A Reply to 'Modes of Classe Struggle and the Capitalist State' and Other Kapitalistate Critics". *Kapitalistate*, ns. 4-5 (Summer), pp. 221-24.
 1978 *The Powers that Be: Process of Ruling Class Domination in America*. New York, Vintage Books.
- Ehrenreich, Barbara e Ehrenreich, John
 1977 "The Professional-Managerial Class". *Radical America*, n. 11 (March-April).
- Elster, Jon
 1985 *Making Sense of Marx*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Esping-Andersen, Gosta *et al.*
 1976 "Modes of Class Struggle and the Capitalist State". *Kapitalistate*, ns. 4-5 (Summer), pp. 186-220.
- Foster-Carter, Aiden
 1978 "The Modes of Production Controversy". *New Left Review*, n. 107 (January-February), pp. 47-77.
- Gamble, Andrew
 1987 "Class Politics and Radical Democracy". *New Left Review*, n. 164 (July-August), pp. 113-22.
- Gerstein, Ira
 1989 "(Re)Structuring Structural Marxism". *Rethinking Marxism* n. 2 (Spring), pp. 104-33.

- Gorz, André
1980 *Farewell to the Working Class*. Londres, Pluto Press.
- Gramsci, Antonio
1957 *The Modern Prince and Other Writings*. New York, New York University Press.
- Hindess, Barry
1987 *Politics and Class Analysis*. New York, Basil Blackwell.
- Hobsbawm, Eric
1989 "Farewell to the Classic Labour Movement?" *New Left Review*, n. 173 (January-February), pp. 69-74.
- Laclau, Ernesto e Mouffe, Chantal
1985 *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*. Londres, Verso.
- Lebowitz, Michael A.
1988 "Is 'Analytical Marxism' Marxism?". *Science and Society*, n. 52 (Summer), pp. 191-214.
- Luckács, Georg
1971[1923] *History and Class Consciousness*, London, Merlin Press.
- Luke, Timothy W.
1987 "Methodological Individualism: The Essential Ellipsis of Rational Choice Theory". *Philosophy of the Social Sciences*, n. 17 (September), pp. 59-88.
1989 "Class Contradictions and Social Cleavages in Informationalizing Post-Industrial Societies: On the Rise of New Social Movements". *New Political Science*, ns. 16-17 (Fall-Winter), pp. 125-53.
- Masters, Marick F. e Robertson, John D.
1988 "Class Compromises in Industrial Democracies". *American Political Science Review*, n. 82 (December), pp. 1.183-201.
- McNall, Scott G., Rhonda F. Levine and Rick Fantasia (eds.)
1991 *Bringing Class Back In: Contemporary and Historical Perspectives*. Boulder, Westview Press.
- Meiksins, Peter
1986 "Beyond the Boundary Question". *New Left Review*, n. 157 (May-June), pp. 101-20.
- Miliband, Ralph
1969 *The State in Capitalist Society: An Analysis of the Western System of Power*. New York, Basic Books.
1973 "Poulantzas and the Capitalist State". *New Left Review*, n. 82 (November-December), pp. 83-92.
1985 "The New Revisionists in Britain". *New Left Review*, n. 150 (March-April), pp. 5-26.
- Mills, C. Wright
1956 *The Power Elite*. New York, Oxford University Press.
- Mosca, Gaetano
1939 *The Ruling Class: Elementi di Scienza Politica*. Edited and revised with an introduction by Arthur Livingston. Translated by Hannah D. Kahn. New York, McGraw Hill Book.

- Pareto, Vilfredo
 1966 *Sociological Writings*. Selected from his Treatise on General Sociology and introduced by S.E. Finer. Translated by Derick Mirfin. New York, Frederick A. Praeger.
- Parkin, Frank
 1979 *Marxism and Class Theory: A Bourgeois Critique*. Londres, Tavistock Publications.
- Poulantzas, Nicos
 1969 "The Problem with the Capitalist State". *New Left Review*, n. 58 (November-December), pp. 67-78.
 1973 *Political Power and Social Classes*. Londres, NLB/Sheed and Ward.
 1976 *The Crisis of the Dictatorships: Portugal, Greece, Spain*. Londres, NLB.
 1977 "The New Petty Bourgeoisie". In Alan Hunt (ed.), *Class and Class Structure*, Londres, Lawrence and Wishart, pp. 113-24.
 1978 *State, Power, Socialism*. Londres, NLB.
- Resnick, Stephen e Wolff, Richard D.
 1982 "Classes in Marxian Theory". *Review of Radical Political Economics*, n. 13 (Winter), pp. 1-18.
 1988 "Communism: Between Class and Classless". *Rethinking Marxism*, n.1 (Spring), pp. 14-42.
- Rey, Pierre-Phillippe
 1973 *Les Alliances de Classes*. Paris, Maspero.
- Roemer, John
 1989 "Visions of Capitalism and Socialism". *Socialist Review*, n. 19 (July-August), pp. 93-100.
- Ross, Dorothy
 1991 *The Origins of American Social Science*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Ruccio, David
 1988 "The Merchant of Venice, or Marxism in the Mathematical Mode". *Rethinking Marxism*, n. 1 (Winter), pp. 36-68.
- Ruccio, David e Simon, Lawrence H.
 1986 "Methodological Aspects of a Marxism Approach to Development: An Analysis of the Modes of Production School". *World Development*, n. 14 (February), pp. 211-22.
- Sitton, John F.
 1990 "Citizens and Classes: Political Isolation and Class Formation". *Critical Sociology*, n. 17 (Summer), pp. 3-33.
- Smith, Tony
 1989 "Roemer on Marx's Theory of Exploitation: Shortcomings of a Non-Dialectical Approach". *Science and Society*, n. 53 (Fall), pp. 327-40.
- So, Alvin Y., e Suwarsono
 1990 "Class Theory or Class Analysis? A Reexamination of Marx's Unfinished Chapter on Class". *Critical Sociology*, n. 17, (Summer), pp. 35-55.
- Therborn, Goran
 1978 *What Does the Ruling Class Do When it Rules?* Londres, NLB.
- Thompson, E.P.
 1968 *The Making of the English Working Class*. Londres, Penguin.
 1978 *The Poverty of Theory and Other Essays*. Londres, Merlin Press.

- Weber, Max
1958 *From Max Weber: Essays in Sociology*. Translated and edited with an introduction by H.H. Gerth and C. Wright Mills. New York, Oxford University Press.
- Wolff, Richard e Resnick, Stephen
1986 "Power, Property, and Class". *Socialist Review*, n. 16 (March-April), pp. 97-124.
- Wood, Ellen Meiksins
1982 "The Politics of Theory and the Concept of Class: E.P. Thompson and his Critics". *Studies in Political Economy*, n. 9 (Fall), pp. 45-71.
1986 *The Retreat from Class: A New 'True' Socialism*. Londres, Verso.
1989 "Rational Choice Marxism: Is the Game Worth the Candle?". *New Left Review*, n. 177 (September-October), pp. 41-88. Followed by a reply by Alan Carling, "In Defence of Rational Choice: A Reply to Ellen Meiksins Wood", pp. 97-109.
- Wright, Eric Olin
1978 *Class, Crisis, and the State*. Londres, NLB.
1984 "A General Framework for the Analysis of Class Structure". *Politics and Society*, vol. 13, n. 4, pp. 383-423.
1985 *Classes*. Londres, NLB.
1991 "The Conceptual Status of Class Structure in Class Analysis". In McNall, Levine e Fantasia (eds.), *Bringing Class Back In: Contemporary and Historical Perspectives*, Boulder, Westview Press, pp. 17-37.
- Wright, Eric Olin et al.
1990 *The Debate on Classes*. Londres, Verso.